

0117121  
Ao

## Povo do Distrito de Coimbra

Como se sabe, no próximo mês de Novembro, vão realizar-se de novo, em todos os distritos do País, **eleições para a Assembleia Nacional**, apelando-se formalmente para a vontade dos cidadãos no sentido de se renovar uma câmara de deputados a que competem, segundo a Constituição Política, não só e geralmente um poder de fazer leis que importa necessariamente a todas as camadas do público, mas ainda outras funções características que não podem deixar os portugueses indiferentes.

Recorde-se, quanto àquele ponto, que a Assembleia Nacional possui **competência legislativa genérica** e, além disso, que só ela tem competência para legislar sobre assuntos que muito interessam a nós todos: sobre a **organização da defesa**, sobre a **organização da justiça**, e, principalmente, sobre o **exercício das liberdades dos cidadãos** que mais continuamente vêm sendo postas em perigo — a liberdade de expressão (como a liberdade de imprensa), a liberdade de reunião ou liberdade de associação e, inclusivé, a liberdade de cada um, a garantia de cada um não ser preso injustamente (à Assembleia compete a regulamentação do "habeas corpus", que é um processo de se exigir imediatamente a soltura de quem foi preso por abuso de poder).

De resto, a Assembleia é que **concede amnistias**, é que **fiscaliza os actos do Governo ou da Administração**, é que **autoriza as receitas e as despesas do Estado**, é que **dita a paz ou a guerra**, é que **declara o estado de sítio**, é que **revê a Constituição** — em suma, mesmo numa ordem política apostada em diminuir os representantes do povo, conserva ainda um mínimo de poderes que lhe conferem um papel de nenhum modo desprezível.

Lembre-se, por fim, que os deputados participam do colégio eleitoral que **elege o Presidente da República** e que o Presidente da República é quem nomeia e demite o Presidente do Conselho e outros membros do Governo.

Apesar das conhecidas circunstâncias que fizeram deste acto central da vida política do País um acto intencionalmente desprestigiado, entende a Oposição que na presente conjuntura **é mais do que nunca seu dever participar nas eleições**. Os motivos de ordem ética e política que a levaram, com sacrifícios sem conta, a intervir nas campanhas anteriores — arrostando com a fúria repressiva, a denúncia caluniosa, o ardid sistemático, a impunidade da mentira, para poder, a um tempo, informar o País sobre a real situação portuguesa e desmascarar sem reservas a própria burla eleitoral —, esse esforço constante para alertar a consciência dos povos, anestesiada pela repressão e a miséria, e não dar ao Governo o benefício do silêncio ante a violação sem escrúpulos dos direitos mais comezinhos; essas razões de ordem política e ética subsistem inteiramente na fase actual da ditadura, e, cremos bem, com um peso tanto maior quanto maior for a crença no abrandamento do sistema. Nesta serôdia "primavera política", **só há um meio**



**infalível de julgarmos das promessas: a honestidade da consulta popular.** Para o obrigarmos a esta prova de fogo é que importa aceitar o desafio do Governo, experimentando a franqueza da sua "liberalização", não apenas numa **digna auscultação do País**, mas numa **livre e completa informação do eleitor** sobre os problemas mais graves do momento que atravessamos.

Não temos dúvida de que, se essa informação se fizer, o Governo dificilmente consegue a prorrogação por mais tempo do crédito de confiança que ambigualmente pediu o novo Presidente do Conselho. Forçado, pelas condições da sucessão, a aceitar sem benefício de inventário o peso inglório de quarenta anos de ditadura, são quarenta anos de estagnação e ruínas que, no plano económico, social e cultural, se acumulam aos pés de um ministério vacilante.

Com um dos mais baixos índices da Europa em matéria de rendimento **percapita**; com uma agricultura apenas de subsistência, por não possuir condições para enfrentar a competição; com uma indústria progressivamente invadida pela avidez do capital estrangeiro (enquanto fortes capitais nacionais se divorciam dos investimentos no país); com um comércio carregado de impostos e artificialmente mantido com os paliativos do crédito; com uma taxa de emigração assustadora que compromete já hoje o nosso saldo fisiológico; com um endividamento progressivo do tesouro e a progressiva incapacidade de financiar os serviços; com uma assistência pouco menos que nula e uma taxa alarmante de mortalidade infantil; com uma ínfima educação de base e a nódoa não reabsorvida de uma subsistente anal-fabetização; com um ensino universitário em crise, como o prova a actual situação de Coimbra—o modelo mais claro da inépcia de um Governo para um diálogo aberto com a inteligência e a juventude; com as artes, as letras, as ciências, o teatro, o cinema, o desporto, o jornalismo, etc., diáriamente apoucados, senão envilecidos, pela pressão da Censura e pela falta de estímulo; enfim, com uma guerra colonial que, além de arruinar economicamente o País e o empobrecer dos mais valentes dos seus filhos, traduz, há oito anos, a improcedência de uma política incapaz de descobrir uma fórmula mínima que permita aos territórios encontrar as condições de livremente escolherem o respectivo destino e pacificamente construir o futuro—todo este estranho "património" da nação em quatro décadas de Governo do chamado "Estado Novo" é realmente uma herança de "trabalhos ciclópicos" que nenhum filho-famílias pode enfrentar serenamente.

Só uma rotura com os quadros do sistema—com os quadros institucionais e humanos, enquanto consciente ou inconscientemente corruptos pelo "poder absolutamente corrompido"—, só um decisivo regresso aos hábitos de crítica, de discussão, de competição, de trabalho em comum, numa honesta e humilde procura de soluções, sem dogmatismos nem oportunismos demagógicos, só a escola da verdadeira Democracia, que não se aprende em excursões de turista nem se alcança em "uniões" tãcticamente renovadas, só a descida concreta às necessidades do povo, não para lhe mentir, mas para quotidianamente o servir como sujeito e senhor do seu próprio destino, só isto, e não o resto, é que permitirá a este País fazer as contas com os seus graves problemas e afrontar sèriamente as suas tarefas no futuro. Se o quadro dos interesses preponderantes subsiste—e, com ele, as suas políticas e as suas polícias, as suas soluções e as suas repressões, o seu controle das existências e o seu controle das consciências, os seus "princípios" intactos e as suas "crenças" intangíveis—, se tudo, em suma, continua na mesma na "primavera" serôdia que se anuncia em Portugal, então é porque, com novo ou velho estilo, com reflexão ou sem reflexão dos problemas, com "conversas em família" ou sem "conversas em família", com compressão ou descompressão do dia-a-dia político, continua realmente a "ratear-se o oxigénio" para uso de cada e

de todo o português. Continua realmente a ratear-se a liberdade — continua realmente a regatear-se a justiça!

Os povos do distrito sabem de sobra o que isto é, com o sem número de questões em suspenso que embaraçam há tanto o desenvolvimento da região: a electrificação rural, a bacia do Mondego, o porto da Figueira, as vias de comunicação, a distribuição das indústrias, a escassez das escolas, a escassez da assistência, etc., etc. Sede da mais velha Universidade do País, assiste ao escândalo de uma Universidade sitiada, com perigo mortal de bancarrota definitiva. E as “conversas em família” [prosseguem, como se tudo acontecesse numa outra constelação!...

Não resta dúvida de que, se a informação se fizer, **nenhum balanço resulta favorável ao Governo**. E o veredicto das urnas só lhe será favorável se os mecanismos da fraude permanecerem eficientes. Se a **Oposição** não permanecer **vigilante, unida como um homem — como um único homem — para afixar a verdade ou detectar a mentira**. Para cumprir, aí à boca das urnas, a missão que se impôs junto do Povo Português.

PARA A FRENTE, POVO DO DISTRITO DE COIMBRA!

POR ELEIÇÕES VERDADEIRAS — LIVRES, HONESTAS E JUSTAS!

Coimbra, Julho de 1969.

<u>António Duarte Arnaut</u>	(Advogado, Penela)
<u>António Carlos Ribeiro Campos</u>	(Regente Agrícola, Oliveira do Hospital)
<u>Adolfo Rocha (Miguel Forga)</u>	(Médico e Escritor, Coimbra)
<u>Alfredo Fernandes Martins</u>	(Professor Universitário, Coimbra)
<u>Alfredo Misarela Loureiro</u>	(Comerciante, Coimbra)
<u>Alfredo Pires de Miranda</u>	(Médico, Condeixa)
<u>Alexandre Alberto Gomes da Costa</u>	(Agente Comercial, Coimbra)
<u>Álvaro Malafaia</u>	(Advogado, Figueira da Foz)
<u>António Caniceiro da Costa</u>	(Industrial, Condeixa)
<u>António Contente Ribeiro</u>	(Advogado, Soure)
<u>António Henriques de Elias Nunes Vicente</u>	(Professor Universitário, Coimbra)
<u>António Duarte Gomes</u>	(Industrial, Oliveira do Hospital)
<u>Armando da Luz Alvoeiro</u>	(Comerciante, Arganil)
<u>Arménio Maia Costa</u>	(Licenciado em Farmácia, Coja)
<u>Augusto Rogério Rodrigues Carvalho Leitão</u>	(Estudante, Coimbra)
<u>Carlos Alberto Santos</u>	(Solicitador, Soure)
<u>Carlos Duarte</u>	(Empregado de Escritório, Coimbra)
<u>César Alves Leal</u>	(Guarda-livros, Arganil)
• <u>Christina Torres Duque</u>	(Licenciada em Ciências, Figueira da Foz)
<u>Emílio Lopes de Matos</u>	(Médico, Cantanhede)
<u>Feliciano M. M. da Cruz David</u>	(Deleg. de Propaganda Médica, Coimbra)
<u>Fernando Lopes Cardoso</u>	(Estudante, Figueira da Foz)
<u>Fernando Serra de Oliveira</u>	(Professor Universitário, Coimbra)
<u>Fernando Vale</u>	(Médico, Arganil)
<u>Francisco Martins Antunes</u>	(Industrial, Figueira da Foz)
<u>Guilherme Luís</u>	(Sapateiro, Coimbra)
<u>Henrique Barreto</u>	(Jornalista, Cantanhede)



<u>Joaquim Fernandes Teixeira</u>	(Operário, Coimbra)
<u>Joaquim José Cerqueira da Rocha</u>	(Advogado, Figueira da Foz)
<u>Joaquim Namorado</u>	(Escritor, Coimbra)
<u>João António Gonçalves do Amaral</u>	(Estudante, Coimbra)
<u>João Dinis Almeida Santos</u>	(Médico Veterinário, Oliveira do Hospital)
<u>João Manuel Martins da Fonseca Viegas</u>	(Advogado, Coimbra)
<u>João Morais Cabral</u>	(Advogado, Coimbra)
<u>João Pereira Ribeiro</u>	(Médico, Condeixa)
<u>João Pimentel Neves</u>	(Proprietário, Condeixa)
<u>João Soares</u>	(Proprietário, Oliveira do Hospital)
<u>Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro</u>	(Candidato à Advocacia, Coimbra)
<u>José Augusto Frutuoso</u>	(Industrial, Coimbra)
<u>José Barros Moura</u>	(Estudante, Coimbra)
<u>José da Cruz Lopes</u>	(Comerciante, Miranda do Corvo)
<u>José Luís Pio de Abreu</u>	(Médico Interno do H. U. C., Coimbra)
<u>José Manuel Correia Pinto</u>	(Assistente Universitário, Coimbra)
<u>José Rafael Sampaio</u>	(Licenciado em Direito, Figueira da Foz)
<u>Júlio Parreira Lopes</u>	(Comerciante, Miranda do Corvo)
<u>Júlio dos Santos</u>	(Comerciante, Condeixa)
<u>Luís António Pires Dias Urbano</u>	(Engenheiro, Coimbra)
<u>Luís de Melo Biscaia</u>	(Advogado, Figueira da Foz)
<u>Manuel Monteiro</u>	(Jornalista, Oliveira do Hospital)
<u>Manuel Montezuma de Carvalho</u>	(Doutor em Medicina, Coimbra)
<u>Manuel Saraiva Santos</u>	(Engenheiro, Figueira da Foz)
• <u>Maria Judite Pinto Mendes de Abreu</u>	(Lic. em Direito e em Letras, Coimbra)
• <u>Maria Tereza Alegre de Melo Duarte Portugal</u>	(Licenciada em Letras, Coimbra)
<u>Mário Braga</u>	(Escritor, Coimbra)
<u>Mário de Oliveira Vilaça</u>	(Licenciado em Letras, Coimbra)
<u>Orlando de Carvalho</u>	(Professor Universitário, Coimbra)
<u>Pascoal José Montezuma de Carvalho</u>	(Médico, Coimbra)
<u>Paulo Quintela</u>	(Professor Universitário, Coimbra)
<u>Raul de Sousa</u>	(Empregado Comercial, Coimbra)
<u>Raul dos Santos Curcialeiro</u>	(Estudante, Penela)
<u>Rui Braga Carrington da Costa</u>	(Assistente Universitário, Coimbra)
<u>Rui Climaco</u>	(Médico, Coimbra)
<u>Rui Manuel dos Santos Namorado</u>	(Candidato à Advocacia, Coimbra)
<u>Rui Pinto Ferreira Alves</u>	(Lic. em Farmácia e Economia, F. da Foz)
<u>Rui do Vale Correia da Fonseca</u>	(Advogado, Arganil)
<u>Salvador Pedro Gonçalves</u>	(Proprietário, Tábua)
<u>Sebastião da Cruz Lopes</u>	(Comerciante, Arganil)
<u>Sebastião Maria de Almeida</u>	(Operário, Coimbra)
<u>Vasco Traqueia da Gama</u>	(Comerciante, Figueira da Foz)
<u>Victor d'Almeida</u>	(Comerciante, Tábua)

34 - C ① ③ Tabua - 11  
 10 - F ② ④ Arganil - 11111111  
 26 - □ ⑤ Penela - 11  
 M - ③ ⑥ Oliveira do Hospital - 11111  
 ⑦ Condeixa - 11111  
 ⑧ Miranda do Corvo - 11 x  
 ⑨ Cantanhede - 11 x  
 ⑩ Soure - 11

Comerciantes - 8  
 Operários - 2  
 Médicos - 7  
 Advogados - 8  
 Proprietários - 3  
 Professores Uni - 2+5  
 Estudantes - 8